

O canal de denúncias da Altice foi criado com o objetivo de promover a comunicação segura de qualquer infração de normas nacionais e da União Europeia, bem como de quaisquer irregularidades que contrariem os procedimentos, políticas e regulamentos internos da Altice Portugal e das suas participadas.

A utilização do canal de denúncias pode ser feita de forma anónima, sem a necessidade de partilha de dados pessoais. De todo o modo, se o denunciante optar por não permanecer anónimo, a utilização do canal resultará no tratamento dos seus dados pessoais. Adicionalmente, poderão ser recolhidos dados relativos ao(s) denunciado(s) e/ou testemunhas. A presente Política tem, por isso, em vista esclarecer o titular dos dados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais, recolhidos através do canal de denúncias da Altice Portugal.

Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento dos dados é a Altice Portugal, S.A. (doravante “Altice Portugal ou “Altice”).

Dados pessoais recolhidos e objeto de tratamento

Poderão ser tratados no âmbito do canal de denúncias os seguintes dados pessoais:

- Do denunciante (se a denúncia não for anónima): nome completo, e-mail, relação com a Altice Portugal e/ou com as suas participadas, assim como eventuais outros dados incluídos na descrição da denúncia, em ficheiros anexados ou em esclarecimentos prestados pelo denunciante;
- Do denunciado: os dados que o denunciante indicar na descrição da denúncia;
- De testemunhas: nome, e-mail e outros dados fornecidos pelo denunciante na descrição da denúncia ou em ficheiros anexados.

Finalidade do tratamento e fundamento de licitude

Os dados pessoais recolhidos através do canal de denúncias serão tratados para efeitos gestão de denúncia, investigação e resolução de infrações relacionadas com atos ou omissões contrárias às regras constantes dos atos da União Europeia, bem como às normas nacionais que os executem no âmbito civil, penal e contraordenacional. Os dados serão tratados ainda para efeitos de comunicação com os denunciantes quando a sua identidade seja conhecida, bem como, com terceiros na qualidade de testemunhas chamadas para investigação e resolução da denúncia.

Estas atividades de tratamento de dados pessoais podem ter por fundamento:

- I. O cumprimento de uma obrigação legal a cargo da Altice Portugal, designadamente relativas à proteção de denunciante e à obrigação de estabelecer um canal de denúncias interno;
- II. O interesse legítimo da Altice na recolha e investigação das denúncias apresentadas, bem como em conhecer as matérias denunciadas que possam pôr em causa os princípios e valores da organização.

Transferência de Dados Pessoais

As comunicações recebidas através do canal de denúncias são tratadas pela Direção competente da Altice Portugal e analisadas por uma equipa restrita, sujeita a deveres de confidencialidade.

Os dados pessoais poderão ser partilhados com prestadores de serviços independentes que prestem apoio na investigação e tratamento das denúncias. Os referidos prestadores de serviços trarão os dados em estrita conformidade com as obrigações de sigilo, proteção de dados pessoais, confidencialidade e segurança da informação.

A Altice poderá ainda transmitir os dados a outras entidades, que atuem como responsáveis pelo tratamento dos dados, utilizando-os para fins próprios, se estiverem cumpridas as condições de licitude previstas no

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente autoridades públicas como Tribunais Judiciais e Entidades Reguladoras competentes.

Conservação de Dados Pessoais

Nos termos da Diretiva (UE) 2019/1937 e da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, os dados pessoais objeto de denúncia serão mantidos e conservados por um período de cinco anos. O período será contado da data de fecho do tratamento da denúncia, e, independentemente desse período, durante a pendência de processos judiciais ou administrativos referentes às denúncias.

Quaisquer dados que não forem considerados relevantes para o tratamento da denúncia serão imediatamente eliminados.

Segurança dos Dados Pessoais

A Altice Portugal tomou as precauções necessárias para preservar a segurança dos dados pessoais cujo tratamento venha a ser efetuado no âmbito da gestão do canal de denúncias, adotando as medidas previstas na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro e da Deliberação 765/2009 da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) relativa aos Princípios Aplicáveis aos Tratamentos de Dados Pessoais com a finalidade de Comunicação Interna de Atos de Gestão Financeira Irregular (Linhas de Ética), ou de outras Deliberações relevantes que venham a ser emitidas pela CNPD nestas matérias.

Em particular, a Altice Portugal instituiu procedimentos de salvaguarda relativamente a todo o processo de receção, registo, apreciação e decisão, por forma a que as garantias de exaustividade, integridade e confidencialidade sejam permanentemente asseguradas.

Transferências internacionais de dados

A Altice Portugal procurará assegurar que o tratamento de dados pessoais aconteça inteiramente no Espaço Económico Europeu. Em casos excecionais e quando absolutamente necessário para alcançar os objetivos de tratamento descritos nesta Política, a Altice Portugal pode transferir os dados pessoais recolhidos através do canal de denúncias para países terceiros ou organizações internacionais. Tais transferências ocorrerão para destinos que tenham uma decisão de adequação da Comissão Europeia ou que estejam sujeitos às salvaguardas adequadas previstas na legislação, como a adoção de cláusulas contratuais-tipo para a transferência de dados pessoais (conforme o artigo 46.º do RGPD). Ao realizar essas transferências, a Altice Portugal garantirá medidas suplementares para assegurar que os dados pessoais tenham um nível de proteção essencialmente equivalente ao existente na União Europeia.

Direitos do Titular de Dados Pessoais

O titular dos dados poderá, em qualquer momento e de forma gratuita, exercer os seus direitos de acesso, retificação, eliminação dos dados e limitação do tratamento, ou o direito de se opor ao tratamento. Tais pedidos devem ser dirigidos ao Encarregado de Proteção de Dados da Altice, cujo endereço de correio eletrónico é dpoalticeportugal@altice.pt

O titular dos dados poderá ainda apresentar uma reclamação junto da Autoridade de Controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, através do sítio web: www.cnpd.pt.

Alterações à Política

A Altice Portugal reserva-se o direito de, a todo o momento, alterar, acrescentar ou revogar, parcial ou totalmente, a presente Política.



Política de Privacidade Canal de Denúncias Altice Portugal

Quaisquer alterações serão imediatamente divulgadas nesta mesma página online. Caso impliquem uma alteração substancial relativamente à forma como os seus dados serão tratados, notificá-lo-emos de tais alterações, através dos dados de contacto que tenha disponibilizado.